



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

CADERNO DE PROVA

DIREITO

DATA DA PROVA 15/05/2026

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 40 (quarenta) questões objetivas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às questões 01 a 10.

O cidadão que opina sobre tudo e duvida de quase nada

Há personagens que definem uma época com mais precisão do que tratados sociológicos inteiros. Um deles é o cidadão que opina sobre tudo e duvida de quase nada. Ele não precisa estudar longamente um assunto, acompanhar seu desenvolvimento nem suportar o desconforto da incerteza. Basta-lhe uma manchete mal lida, um vídeo de quarenta segundos, um comentário indignado e, pronto, já se sente habilitado a emitir parecer sobre economia, diplomacia, medicina, educação infantil, geopolítica, trânsito, clima, comportamento e, em dias de maior brilho intelectual, até sobre a decadência da civilização ocidental antes do almoço.

Trata-se de uma figura admirável em sua produtividade. Onde o pesquisador hesita, ele conclui. Onde o especialista pondera, ele simplifica. Onde a realidade apresenta camadas, tensões, ambiguidades e dados contraditórios, ele comparece com o talento cirúrgico de quem resolve tudo a golpes de frase curta. O mundo, para esse cidadão, não é um problema a compreender, mas uma oportunidade permanente de posicionamento. E posicionar-se, hoje, parece ter adquirido o prestígio que antes cabia a compreender.

É curioso observar como essa inflação opinativa convive com uma inflação ainda maior de certeza. O sujeito contemporâneo já não considera a dúvida um estágio legítimo da inteligência. Trata-a quase como deficiência de caráter. Ter opinião virou sinal de presença. Ter opinião imediata, sinal de agilidade. Ter opinião firme sobre assunto mal conhecido, sinal de personalidade. E assim se formou uma estranha pedagogia da convicção: aprende-se menos para afirmar mais. A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento. Hoje, raciocinar com calma quase soa como atraso logístico.

Há nisso uma vaidade discreta, mas poderosa. Opinar sobre tudo dá ao sujeito a sensação de centralidade. Ele não participa apenas do mundo; julga-o continuamente. É uma forma de soberania portátil. Com um aparelho na mão e uma certeza no bolso, qualquer um pode transformar a própria impressão em sentença, o próprio incômodo em tese, a própria irritação em análise social. O problema não está em ter opinião, claro. Uma sociedade sem opinião seria apenas silenciosa, não necessariamente sábia. O problema começa quando a opinião deixa de ser resultado de um percurso mental e passa a funcionar como substituta dele.

Nesse ambiente, a dúvida perdeu prestígio. E isso é grave, porque a dúvida, quando honesta, não empobrece o pensamento: ela o depura. Duvidar não é fraquejar diante do mundo, mas recusar-se a tratá-lo como caricatura. A dúvida obriga a perguntar melhor, a rever premissas, a desconfiar do próprio entusiasmo e, às vezes, a suportar o pequeno vexame de descobrir que o outro viu antes o que ainda não havíamos percebido. Não é uma experiência confortável. Talvez por isso esteja tão fora de moda.

O cidadão que opina sobre tudo prefere outro caminho. Ele economiza etapas. Em vez de investigar, pressente. Em vez de

comparar, reage. Em vez de compreender a complexidade, administra rótulos. Sua inteligência opera por atalhos emocionais: se aprova, divulga; se desaprova, condena; se desconhece, improvisa. E improvisa com admirável serenidade. Afinal, a ignorância, quando bem acompanhada de autoconfiança, costuma circular socialmente com a elegância de uma convicção madura.

Mas há um preço nessa facilidade. Uma cultura que premia a certeza instantânea vai tornando suspeita a reflexão mais lenta. Aos poucos, o sujeito deixa de perguntar "será?" e passa a perguntar apenas "quem concorda?". O pensamento, então, deixa de ser busca e vira torcida. A conversa pública empobrece, não por falta de voz, mas por excesso de vereditos. Fala-se muito, examina-se pouco. Discorda-se com velocidade, compreende-se com preguiça. É a realidade, que não se organiza para caber em frases apressadas, acaba reduzida ao tamanho de nossas impaciências.

Talvez a virtude intelectual mais urgente do nosso tempo seja justamente aquela que menos rende aplauso: a modéstia de não concluir cedo demais. Num mundo lotado de opiniões prontas, dizer "ainda estou pensando" tem algo de coragem civilizatória. Porque o contrário da ignorância nem sempre é o conhecimento; às vezes, é apenas uma certeza barulhenta. E toda certeza que chega cedo demais corre o risco de ser apenas preguiça com boa dicção.

Fonte: Banca Examinadora.

1. A leitura global do texto permite concluir que a crítica central do autor dirige-se à

- A) expansão do repertório temático do cidadão comum, agora mais presente em assuntos antes restritos a especialistas.
- B) substituição das mídias tradicionais por redes digitais, com perda do prestígio dos especialistas no debate público.
- C) valorização social da certeza rápida, que converte opinião apressada em prestígio simbólico e esvazia o lugar da dúvida.
- D) dificuldade de acesso a informações técnicas, vista como causa principal da participação superficial em temas complexos.
- E) presença crescente de assuntos especializados na vida comum, quadro que exige maior mediação institucional da pesquisa.

2. No contexto do texto, a expressão "pedagogia da convicção" sugere a formação de um ambiente em que

- A) a argumentação se legitima após confronto demorado entre versões, fontes e dados contraditórios.
- B) a opinião se fortalece quando nasce de revisão cautelosa de hipóteses e premissas iniciais.
- C) a hesitação intelectual é tratada como etapa produtiva do conhecimento e sinal de maturidade.
- D) a dúvida conserva prestígio porque impede conclusões apressadas e simplificações indevidas.
- E) aprende-se a afirmar com segurança antes de investigar com rigor, convertendo rapidez em traço de personalidade.

3. Assinale a alternativa que apresenta uma informação explicitamente afirmada no texto.

- A) Uma sociedade sem opinião seria apenas silenciosa, não necessariamente sábia.
- B) A vida pública contemporânea deixou de admitir completamente a presença de dúvidas honestas.
- C) O crescimento das opiniões prontas decorre diretamente da redução do nível médio de escolaridade.
- D) A circulação de convicções maduras depende do enfraquecimento da participação de especialistas no debate.
- E) A rapidez argumentativa constitui hoje o principal critério de validação intelectual em espaços científicos.

4. Quanto à organização discursiva e à finalidade predominante, o texto caracteriza-se, de modo mais correto, como:

- A) reportagem analítica, voltada à exposição neutra de fatos recentes relacionados à opinião pública.
- B) artigo administrativo, voltado à normatização do comportamento discursivo em ambientes institucionais.
- C) crônica memorialista, centrada em recordações pessoais do autor acerca do debate nas redes sociais.
- D) texto argumentativo de feição ensaística, voltado à reflexão crítica sobre um comportamento social contemporâneo.
- E) editorial científico, voltado à apresentação objetiva de resultados de pesquisa sobre cognição e linguagem.

5. A referência a "tratados sociológicos inteiros" e à "decadência da civilização ocidental antes do almoço" serve, no texto, principalmente para

- A) aproximar o texto do discurso científico, reforçando a legitimidade acadêmica das observações do narrador.
- B) ironizar a pretensão de erudição de quem opina superficialmente sobre temas vastos e complexos.
- C) demonstrar que temas civilizatórios exigem opiniões rápidas, ainda que baseadas em informação insuficiente.
- D) defender o comentário breve como forma mais eficiente de síntese diante da complexidade do mundo.
- E) sugerir que o cidadão comum deve disputar com os especialistas o monopólio dos grandes diagnósticos sociais.

6. No desfecho do texto, a "modéstia de não concluir cedo demais" aparece como

- A) reação intelectual à cultura que premia a certeza instantânea e converte o pensamento em torcida.
- B) estratégia retórica para ampliar o efeito irônico das críticas dirigidas ao cidadão excessivamente opinativo.
- C) forma de neutralizar as emoções, tomadas pelo autor como incompatíveis com qualquer ato de pensar.

D) defesa da suspensão permanente do juízo, tratada como postura ideal diante de qualquer controvérsia.

E) proposta de recolhimento do indivíduo ao espaço privado, afastando-o das discussões públicas conflituosas.

7. A linguagem empregada no texto caracteriza-se, sobretudo, por

- A) alternância entre marcas regionais e traços de oralidade popular, com predominância de registro coloquial.
- B) uso sistemático de terminologia técnica, o que aproxima o texto de um relatório de linguagem especializada.
- C) equilíbrio entre registro culto e imagens expressivas do cotidiano, o que amplia a força crítica da argumentação.
- D) reprodução direta da fala digital, com abreviações e marcas de informalidade típicas de aplicativos de mensagem.
- E) padronização sintática rígida, sem recurso a metáforas ou contrastes avaliativos no desenvolvimento do tema.

8. No trecho "Basta-lhe uma manchete mal lida", o termo "lhe" classifica-se corretamente como

- A) pronome demonstrativo átono, empregado por atração sintática implícita no início da oração.
- B) pronome relativo, empregado para introduzir uma oração subordinada de valor adjetivo.
- C) pronome pessoal reto, deslocado para antes do verbo em razão do valor impessoal da construção.
- D) pronome indefinido oblíquo, empregado em mesóclise por causa do caráter hipotético do enunciado.
- E) pronome pessoal oblíquo átono, com função de complemento indireto, empregado em ênclise porque o verbo inicia a oração.

9. Em "A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento", o termo "que" exerce a função de

- A) conjunção integrante, introduzindo oração subordinada substantiva explicativa.
- B) pronome relativo, introduzindo oração subordinada adjetiva explicativa, que retoma o termo "pressa".
- C) conjunção causal, introduzindo oração subordinada adverbial de causa.
- D) partícula expletiva, empregada para reforçar a progressão argumentativa do período.
- E) pronome interrogativo, empregado para retomar "pressa" por mecanismo de antecipação.

10. No segmento "se aprova, divulga; se desaprova, condena; se desconhece, improvisa", o termo "se", considerando seu valor na articulação das orações, classifica-se como:

- A) pronome apassivador, pois converte o complemento verbal em sujeito paciente das ações enunciadas.
- B) índice de indeterminação do sujeito, pois desfoca o agente e generaliza a conduta descrita.
- C) conjunção integrante, pois introduz orações que completam o sentido do verbo principal do período.
- D) conjunção subordinativa condicional, pois estabelece a hipótese a partir da qual se produz a ação seguinte.
- E) partícula de realce, pois atua apenas como reforço rítmico no paralelismo sintático do enunciado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Na leitura de um edital que invoca norma constitucional de organização administrativa para justificar restrição a direito individual, o intérprete precisa distinguir densidade normativa, aplicabilidade imediata e necessidade de integração legislativa. O critério correto para diferenciar normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada é:

- A) normas de eficácia plena aguardam lei integradora para produzir efeitos centrais, as contidas surgem com alcance reduzido por reserva legal e as limitadas admitem restrição posterior pelo legislador.
- B) normas de eficácia plena operam de modo imediato na organização estatal, as contidas exigem lei para início de vigência material e as limitadas admitem supressão de núcleo essencial.
- C) normas de eficácia plena produzem efeitos essenciais desde a promulgação, as contidas já incidem com alcance passível de restrição legítima e as limitadas dependem de integração para plenitude de efeitos.
- D) normas de eficácia plena atuam como programas constitucionais, as contidas pedem emenda para limitação ordinária e as limitadas bastam por si para instituir regime completo.
- E) normas de eficácia plena e contida dependem de lei regulamentadora prévia, enquanto normas limitadas incidem integralmente até posterior desenho institucional pelo legislador.

12. Sobre princípios fundamentais e poder constituinte, analise as afirmativas:

- I - O poder constituinte originário inaugura uma nova ordem constitucional, com autonomia jurídica perante a ordem anterior e aptidão para estabelecer a estrutura básica do Estado.**
- II - O poder constituinte derivado reformador atua dentro da Constituição vigente, submetido ao procedimento do art. 60 e aos limites materiais, formais e circunstanciais.**
- III - A República Federativa do Brasil tem como fundamentos, entre outros, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.**

IV - O poder constituinte derivado decorrente autoriza constituição estadual a afastar a forma federativa de Estado e a remodelar a repartição nacional de competências.

V - O poder constituinte derivado revisor pode ser exercido a cada legislatura, mediante maioria absoluta, para alterar cláusulas pétreas por decisão do Congresso Nacional.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, II, III e IV, apenas.
- C) II, III e V, apenas.
- D) I, III, IV e V, apenas.
- E) II, III, IV e V, apenas.

13. No exame de uma demanda em que um cidadão questiona acesso a dados pessoais em banco público, omissão normativa que dificulta exercício de direito e ato lesivo ao patrimônio público, os remédios constitucionais cumprem funções próprias. Marque a alternativa correta sobre esses instrumentos.

- A) O habeas corpus volta-se à retificação de registros pessoais, o mandado de segurança supre lacuna normativa geral e a ação popular depende de lesão à locomoção.
- B) O mandado de injunção tutela informação pessoal em cadastro público, o habeas data controla ato lesivo ao patrimônio público e a ação popular protege direito líquido individual.
- C) O mandado de segurança coletivo exige autorização nominal dos substituídos, o habeas data alcança informação administrativa geral e a ação popular é reservada ao Ministério Público.
- D) O habeas data abrange acesso a dados de terceiros, o mandado de injunção substitui recurso administrativo pendente e a ação popular exige interesse patrimonial próprio.
- E) O habeas data tutela conhecimento e retificação de dados pessoais, o mandado de injunção enfrenta falta de norma viabilizadora e a ação popular combate ato lesivo indicado na Constituição.

14. Na rotina de fiscalização sanitária de um município, a autoridade lavra auto, impõe multa e apreende produto, e o processo depois chega ao controle judicial. A correlação correta entre poder de polícia, atributos do ato e limites jurídicos é:

- A) o poder disciplinar decorre da supremacia geral sobre particulares, e sua coercibilidade autoriza sanção administrativa por infração praticada fora de vínculo funcional com o Estado.
- B) o poder de polícia condiciona o exercício de direitos em razão do interesse público, e a autoexecutoriedade depende de previsão legal ou urgência, sob controle de proporcionalidade.

C) o poder regulamentar cria infrações administrativas primárias, e sua imperatividade legitima multa fundada diretamente em decreto autônomo editado para completar a lei.

D) o poder hierárquico fundamenta interdição de atividade privada, e a presunção de legitimidade torna a sanção imune ao controle probatório do interessado.

E) o poder discricionário afasta motivação do ato sancionador, e a exigibilidade permite cobrança coercitiva de multa pela via administrativa direta.

15. Sobre atos administrativos, analise as afirmativas:

I - A imperatividade acompanha atos administrativos de conteúdo enunciativo e negocial, porque a presença da Administração basta para impor obrigações ao destinatário.

II - A presunção de legitimidade permite eficácia inicial do ato e transfere ao interessado o ônus de demonstrar vício, admitida a revisão pela Administração ou pelo Judiciário.

III - A anulação incide sobre ato ilegal e, em regra, desfaz efeitos desde a origem, ressalvadas situações protegidas pela boa-fé e pela segurança jurídica.

IV - A revogação alcança ato válido por razões de conveniência e oportunidade, preservando efeitos jurídicos já produzidos e respeitando direitos adquiridos.

V - A convalidação alcança vício de finalidade e de motivo quando o resultado administrativo se mostra útil ao interesse público e ao destinatário.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, III e V, apenas.
- C) I, IV e V, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) II, III, IV e V, apenas.

16. No estudo da Lei nº 14.133/2021, a banca costuma aproximar modalidades de licitação e hipóteses de contratação direta para verificar se o candidato distingue hipótese legal, objeto comum e ausência real de disputa. Assinale a alternativa correta.

- A) A inexigibilidade resulta de juízo amplo de conveniência administrativa, a dispensa exige competição inviável e o concurso serve à escolha de obras comuns de engenharia.
- B) O diálogo competitivo substitui o pregão em compras rotineiras, a concorrência limita-se a alienações e a contratação direta afasta instrução formal do processo.
- C) A inexigibilidade relaciona-se à inviabilidade de competição, a dispensa decorre de hipótese legal de competição dispensável e o pregão volta-se a bens e serviços comuns.

D) A concorrência é reservada a bens comuns padronizados, o leilão seleciona projeto técnico especial e a dispensa decorre de inviabilidade material de disputa.

E) O pregão admite objeto técnico singular, a inexigibilidade opera por valores reduzidos e o diálogo competitivo concentra-se em serviços comuns de baixa complexidade.

17. Na Lei nº 8.429/1992, após as alterações da Lei nº 14.230/2021, a responsabilização por improbidade deixou de operar como simples reprovação de má gestão e passou a exigir recorte subjetivo mais estreito. Marque a alternativa correta sobre o elemento subjetivo e os tipos de ato de improbidade.

- A) A culpa grave mantém responsabilidade por lesão ao erário, desde que o prejuízo seja mensurável e a conduta revele violação objetiva ao dever de cautela.
- B) O dolo exige vontade livre e consciente voltada ao resultado ilícito previsto em lei, com distinção entre enriquecimento ilícito, lesão ao erário e violação a princípios.
- C) A voluntariedade formal do ato administrativo basta para configurar dolo, quando o resultado atinge princípio público e causa reprovação ética no controle interno.
- D) A lesão ao erário forma categoria autônoma fundada no dano, com responsabilidade civil ímproba por erro técnico e recomposição patrimonial em sanção principal.
- E) A violação a princípios alcança dever ético abstrato, com tipo aberto suficiente para punir gestão irregular ainda que ausente finalidade ilícita comprovada.

18. Sobre Direito Civil, parte geral, analise as afirmativas:

I - A personalidade civil da pessoa natural começa com o nascimento com vida, preservada a proteção dos direitos do nascituro desde a concepção.

II - A incapacidade absoluta, no regime geral da parte geral civil, recai sobre menores de dezesseis anos, com representação nos atos da vida civil.

III - O negócio jurídico válido exige agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma admitida pela ordem jurídica.

IV - A prescrição atinge a pretensão ligada à violação de um direito, enquanto a decadência atinge direito potestativo submetido a prazo extintivo.

V - Os bens fungíveis podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade, e os consumíveis se exaurem com o uso jurídico ou material.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) II, IV e V, apenas.
- D) I, II, III e V, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

19. Na teoria das obrigações, a diferença entre dar coisa certa, dar coisa incerta, obrigação alternativa e obrigação facultativa decide a extensão do risco e do inadimplemento. Marque a alternativa correta.

A) Na obrigação alternativa, há prestações devidas e a escolha concentra o vínculo, enquanto na facultativa há prestação principal com faculdade de substituição no título.

B) Na obrigação de dar coisa certa, a concentração ocorre pela escolha do gênero e da quantidade, e o risco da perda antes da tradição desloca-se ao credor pelo ajuste inicial.

C) Na obrigação de dar coisa incerta, a qualidade superior é exigível quando o gênero foi indicado, e a escolha do devedor fica limitada ao objeto de maior valor.

D) Na obrigação alternativa, a perda fortuita de uma prestação extingue o vínculo inteiro, pois a pluralidade inicial impede concentração posterior da prestação remanescente.

E) Na obrigação facultativa, a prestação substitutiva integra o vínculo desde a origem, de modo que sua perda fortuita libera o devedor da prestação principal.

20. No processo civil, uma petição bem escrita pode esconder defeitos de jurisdição, competência, pressupostos processuais, legitimidade e interesse. Assinale a alternativa correta sobre esses filtros de admissibilidade da atividade jurisdicional.

A) A competência relativa integra matéria de ordem pública em grau absoluto, pode ser conhecida de ofício e torna inválidos os atos decisórios já praticados.

B) A legitimidade extraordinária nasce da utilidade econômica da tutela, permite defesa de direito alheio por conveniência privada e dispensa autorização normativa.

C) O interesse processual confunde-se com probabilidade do direito material, exige certeza do pedido e antecipa julgamento de mérito logo no início do processo.

D) A legitimidade ordinária decorre da pertinência subjetiva afirmada, a extraordinária exige autorização normativa e o interesse envolve utilidade e necessidade.

E) Os pressupostos processuais dependem do reconhecimento final do mérito, e a competência absoluta admite prorrogação quando as partes deixam de alegar vício.

21. Sobre teoria do crime e concurso de pessoas, analise as afirmativas:

I - A tipicidade formal basta para configurar fato típico em crimes materiais, pois o resultado naturalístico e o nexa causal integram a análise de ilicitude.

II - A ilicitude pode ser afastada por estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito.

III - A culpabilidade reúne imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa, como juízo de reprovação pessoal.

IV - O concurso de pessoas exige pluralidade de agentes, relevância causal e vínculo subjetivo, com pena idêntica para partícipe e autor em qualquer contribuição.

V - O erro de tipo essencial inevitável exclui dolo e culpa quando recai sobre elemento constitutivo do tipo penal.

Estão corretas as afirmativas:

A) I, II e III, apenas.

B) I, III e IV, apenas.

C) II, IV e V, apenas.

D) I, II, IV e V, apenas.

E) II, III e V, apenas.

22. Na análise da pretensão punitiva estatal, a passagem do tempo pode atingir o direito de punir ou o direito de provocar a persecução em hipóteses dependentes de iniciativa privada. A distinção correta entre prescrição e decadência penal é:

A) a prescrição atinge o direito de queixa do ofendido, enquanto a decadência recai sobre execução da pena depois do trânsito em julgado para as partes.

B) a decadência suspende o curso pelo recebimento da denúncia, enquanto a prescrição interrompe-se pelo conhecimento da autoria pelo ofendido em ação privada.

C) a prescrição extingue a pretensão punitiva ou executória conforme pena e marcos legais, enquanto a decadência atinge direito de queixa ou representação no prazo legal.

D) a prescrição executória conta-se antes da formação do título condenatório, enquanto a decadência depende da pena aplicada e dos marcos de reincidência.

E) a decadência extingue a pena já imposta, enquanto a prescrição alcança iniciativa privada em seis meses contados da data do fato em crimes de ação pública.

23. Na teoria das prisões cautelares, a preventiva tem natureza instrumental e exige fundamentação vinculada ao processo, diferente da prisão em flagrante, que nasce da situação de flagrância e se submete a controle judicial. Assinale a alternativa correta.

A) A prisão preventiva exige prova da existência do crime, indícios de autoria, fundamento cautelar concreto e cabimento legal, com exame das cautelares diversas.

B) A prisão em flagrante mantém título cautelar autônomo até a sentença, e a audiência judicial posterior formaliza a captura realizada pela autoridade policial.

C) A prisão preventiva funda-se na gravidade abstrata do delito, e a garantia da ordem pública permite decreto baseado na comoção social do caso.

D) A liberdade provisória com cautelares diversas exige prova de inocência, e a fiança judicial funciona como antecipação parcial da pena pecuniária.

E) A prisão preventiva pode ser decretada de ofício na investigação, e o prazo da custódia define-se pela conveniência geral da persecução penal.

24. Sobre direitos fundamentais e medidas socioeducativas no Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as afirmativas:

I - Criança é a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente é a pessoa de doze a dezoito anos de idade incompletos.

II - A prática de ato infracional por adolescente pode ensejar medida socioeducativa, observadas as garantias processuais próprias do sistema estatutário.

III - A internação é medida de privação de liberdade sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

IV - Advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação estão entre as medidas socioeducativas previstas.

V - Criança autora de ato infracional recebe medida socioeducativa de internação quando a gravidade concreta do fato indica resposta estatal mais intensa.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II e V, apenas.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) II, III e V, apenas.
- D) I, II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

25. Na defesa do consumidor em juízo, o Código de Defesa do Consumidor combina conceitos materiais de relação de consumo com técnicas processuais coletivas, o que muda a leitura de legitimidade e coisa julgada. Marque a alternativa correta.

- A) Consumidor é destinatário intermediário do produto ou serviço, e sua tutela coletiva depende de dano patrimonial individual demonstrado em cada relação contratual.
- B) Defesa coletiva abrange interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, com legitimidade de entes indicados em lei e regime de coisa julgada conforme o resultado.
- C) Fornecedor exige atuação empresarial com finalidade lucrativa, e entes públicos ficam fora do regime quando prestam serviço remunerado ao usuário.
- D) Inversão do ônus da prova decorre da existência da relação de consumo, e sua aplicação antecede exame de verossimilhança ou hipossuficiência.
- E) Interesses individuais homogêneos nascem de causas diversas, e sua tutela coletiva exige litisconsórcio ativo de consumidores identificados no início do processo.

26. Na discussão sobre lei estadual que invade competência da União, o controle de constitucionalidade pode surgir no processo legislativo, em ação própria ou como fundamento de defesa em caso concreto. A relação correta entre momento e forma de controle é:

- A) o controle preventivo é exercido depois da promulgação, o controle difuso depende de ação direta e o controle concentrado nasce em qualquer juízo no caso concreto.
- B) o controle repressivo ocorre antes da deliberação legislativa, o controle concentrado afasta ações próprias e o difuso exige legitimidade do art. 103 da Constituição.
- C) o controle preventivo limita-se ao veto jurídico do chefe do Executivo, o repressivo cabe ao Legislativo e o concentrado exige controvérsia subjetiva entre partes.
- D) o controle preventivo atua durante a formação do ato, o difuso resolve questão constitucional em caso concreto e o concentrado usa ações próprias perante órgão competente.
- E) o controle difuso produz decisão típica de ação objetiva, o concentrado exige processo subjetivo e o preventivo ocorre por revisão judicial da sentença.

27. Sobre Poder Judiciário e Ministério Público, analise as afirmativas:

- I - Aos juízes são asseguradas vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio, observados os limites constitucionais próprios.**
- II - O Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, voltada à defesa da ordem jurídica e do regime democrático.**
- III - Os membros do Ministério Público têm vitaliciedade após dois anos de exercício e inamovibilidade, salvo motivo de interesse público na forma constitucional.**
- IV - O juiz aposentado pode exercer advocacia perante o juízo do qual se afastou logo no primeiro ano posterior ao afastamento do cargo.**
- V - O Ministério Público representa judicialmente pessoas jurídicas de direito público quando a demanda envolve interesse social relevante.**

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II e IV, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) II, III e V, apenas.
- D) I, III, IV e V, apenas.
- E) II, IV e V, apenas.

28. Na repartição de competências, a Constituição organiza espaços de atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, evitando que a vontade local ultrapasse a moldura federativa. Marque a alternativa correta.

PROGRAMA DE ESTÁGIO

DIREITO – GRADUAÇÃO

A) A competência comum autoriza prevalência hierárquica da União sobre Estados e Municípios, com execução centralizada das matérias do art. 23.

B) A competência concorrente reserva aos Municípios a edição de normas gerais, cabendo à União suplementar regras locais por interesse nacional.

C) A competência privativa da União admite delegação ampla por decreto, alcançando temas sensíveis definidos no art. 22 da Constituição.

D) A competência municipal para interesse local afasta normas gerais federais e estaduais, quando o serviço público tiver execução no território.

E) A competência comum envolve cooperação entre entes, e a concorrente permite normas gerais da União e suplementação estadual nos limites constitucionais.

29. Na Administração Pública, a legalidade tem densidade própria, pois o gestor atua em nome de interesses de terceiros e com competência previamente definida. Assinale a alternativa correta.

A) A legalidade vincula competência, forma e finalidade do ato à ordem jurídica, permitindo escolhas administrativas dentro dos espaços autorizados.

B) A impessoalidade permite direcionamento quando o resultado atende à eficiência, desde que a motivação revele ganho público mensurável.

C) A moralidade coincide com honestidade privada do agente, bastando reputação pessoal para legitimar a decisão administrativa praticada.

D) A publicidade transforma ato irregular em ato eficaz, quando a divulgação oficial permite controle social posterior pelos interessados.

E) A eficiência prevalece sobre legalidade em situações de custo elevado, autorizando soluções úteis embora afastadas da competência legal.

30. Sobre Organização Administrativa, analise as afirmativas:

I - Órgãos públicos integram a pessoa jurídica a que pertencem e resultam de desconcentração administrativa.

II - Autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei, com patrimônio e capacidade administrativa próprios.

III - Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, com capital integralmente público e forma organizacional admitida em direito.

IV - Sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito público, criadas diretamente por decreto e com capital integralmente estatal.

V - Fundações públicas podem assumir regime de direito público ou de direito privado, conforme a forma de instituição e o desenho legal.

Estão corretas as afirmativas:

A) I, II e IV, apenas.

B) II, III e IV, apenas.

C) I, II, III e V, apenas.

D) I, III, IV e V, apenas.

E) I, II, III, IV e V.

31. Na contratação pública de obra complexa, o edital traz cláusula de matriz de riscos para orientar responsabilidades futuras e preservar o equilíbrio do contrato. A função jurídica dessa matriz é:

A) substituir o projeto básico por quadro de eventos prováveis, transferindo à fiscalização a definição posterior do objeto contratado.

B) converter risco ordinário do contratante em área empresarial do contratado, afastando revisão quando houver alteração unilateral do projeto.

C) fixar remuneração variável por desempenho, funcionando como critério de julgamento e fator de pontuação técnica na fase competitiva.

D) estabelecer garantia adicional de execução, vinculada ao valor da proposta e acionada diante de atraso imputável ao contratado.

E) alocar riscos entre as partes, indicar responsabilidades e orientar recomposição quando o evento atingir parte diversa da que assumiu o risco.

32. Na ação por improbidade, a dosimetria das sanções exige que o julgador conecte a resposta estatal ao tipo legal e à gravidade concreta do fato. Assinale a alternativa correta.

A) A perda da função pública alcança cargo diverso por regra automática, desde que o agente tenha vínculo com a Administração no dia da sentença.

B) As sanções devem observar a gravidade do fato, a extensão do dano, o proveito patrimonial obtido e a proporcionalidade entre conduta e resposta legal.

C) A multa civil substitui ressarcimento integral quando houver lesão ao erário, desde que o agente demonstre colaboração posterior com o controle.

D) A suspensão de direitos políticos decorre de violação a princípios, desde que a conduta tenha causado perturbação institucional relevante.

E) A proibição de contratar com o poder público incide de forma uniforme, com prazo único para as três categorias de improbidade.

33. Sobre fundamentos dos direitos reais, posse e propriedade, analise as afirmativas:

I - Posse direta e posse indireta podem coexistir sobre a mesma coisa, em razão de desdobramento jurídico da relação possessória.

II - O possuidor de boa-fé tem direito aos frutos percebidos enquanto ela durar, e responde pela deterioração decorrente de culpa.

III - A propriedade reúne as faculdades de usar, gozar, dispor e reaver a coisa de quem injustamente a possui ou detenha.

IV - A função social da propriedade integra o exercício do domínio e condiciona a proteção jurídica conferida ao proprietário.

V - O detentor exerce posse em nome próprio, com poderes possessórios autônomos contra o possuidor direto e indireto.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II e V, apenas.
- B) II, III e V, apenas.
- C) I, III e V, apenas.
- D) I, II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

34. Na leitura constitucional e civil das relações familiares, filiação, adoção, união estável e poder familiar produzem efeitos pessoais e patrimoniais próprios. Assinale a alternativa correta.

A) Os filhos havidos no casamento, fora dele ou por adoção têm os mesmos direitos e qualificações, vedadas designações discriminatórias relativas à filiação.

B) A adoção estabelece parentesco civil restrito ao adotante, preservando diferenças sucessórias quando comparada à filiação biológica reconhecida.

C) A união estável depende de prazo mínimo definido no Código Civil, e sua existência exige registro público constitutivo para efeitos familiares.

D) O poder familiar pertence ao pai no exercício ordinário, cabendo à mãe atuação subsidiária quando houver divergência sobre a criação.

E) O parentesco civil limita-se à adoção formal, mantendo fora do sistema jurídico outras origens reconhecidas pela ordem familiar brasileira.

35. No procedimento comum, a tutela provisória altera o ritmo do processo porque antecipa proteção ou assegura resultado útil antes do julgamento definitivo. Marque a alternativa correta.

A) A tutela de evidência exige perigo de dano demonstrado por prova pericial prévia, ainda que o direito esteja documentado de forma suficiente.

B) A tutela de urgência cautelar satisfaz desde logo o bem da vida pedido, enquanto a antecipada conserva resultado útil para a fase final.

C) A tutela provisória pode fundar-se em urgência ou evidência, e a urgência exige probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil.

D) A contestação inaugura fase de formação da petição inicial, e sua ausência gera procedência automática do pedido formulado pelo autor.

E) A emenda da petição inicial corrige vícios formais depois da sentença, funcionando como técnica de convalidação do mérito já julgado.

36. Sobre crimes contra a pessoa, contra o patrimônio e contra a Administração Pública, analise as afirmativas:

I - O homicídio culposo admite tentativa quando o agente inicia conduta imprudente e o resultado morte deixa de ocorrer por circunstâncias alheias à sua vontade.

II - O roubo reúne subtração de coisa móvel alheia e emprego de violência ou grave ameaça contra a pessoa.

III - O peculato apropriação pressupõe funcionário público e posse do bem em razão do cargo.

IV - A concussão consiste em exigir vantagem indevida, para si ou para outrem, em razão da função pública.

V - A corrupção passiva se consuma pela efetiva entrega da vantagem, pois a solicitação por si configura ato preparatório.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II e III, apenas.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) II, IV e V, apenas.
- D) I, III e V, apenas.
- E) III, IV e V, apenas.

37. No processo penal, o inquérito policial costuma ser o primeiro retrato formal do fato, mas sua natureza informativa precisa ser separada da ação penal. Marque a alternativa correta.

A) O inquérito policial possui natureza jurisdicional e forma contraditório pleno, com sentença final sobre autoria e materialidade.

B) O arquivamento do inquérito pela autoridade policial encerra a persecução, com força decisória equivalente à absolvição de mérito.

C) A ação penal pública condicionada inicia-se por queixa do ofendido, enquanto a privada nasce por denúncia apresentada pelo Ministério Público.

D) O indiciamento substitui justa causa da ação penal, tornando a denúncia obrigatória logo depois do relatório final da investigação.

E) O inquérito é procedimento administrativo informativo, e a ação penal pode apoiar-se em outros elementos idôneos de justa causa.

38. Na aplicação da lei penal no tempo, a sucessão de normas exige olhar atento para saber se a mudança

favorece ou agrava a situação do agente. Assinale a alternativa correta.

A) A lei penal posterior mais severa alcança fato anterior quando o processo ainda estiver pendente de sentença, pois o interesse público prevalece na persecução.

B) A lei temporária perde ultratividade ao terminar sua vigência, e os fatos praticados durante sua vigência passam a seguir a lei posterior comum.

C) A abolição criminis extingue a punibilidade, mas preserva efeitos penais principais quando a condenação já estiver transitada em julgado.

D) A lei posterior que favorece o agente aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

E) O tempo do crime é definido pelo resultado, o que desloca a incidência da lei para a data de consumação material do dano.

39. Sobre medidas protetivas de urgência na Lei Maria da Penha, analise as afirmativas:

I - As medidas protetivas de urgência podem ser concedidas independentemente de tipificação penal, ação penal ou cível, inquérito policial ou boletim de ocorrência.

II - O juiz pode determinar afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.

III - A proibição de aproximação, contato por meios de comunicação e frequência de lugares pode integrar medida protetiva de urgência.

IV - As medidas protetivas de urgência cessam automaticamente depois de trinta dias, quando a denúncia ainda estiver pendente.

V - A proteção por medida protetiva depende de prova de hipossuficiência econômica da mulher em situação de violência doméstica.

Estão corretas as afirmativas:

A) I, II e IV, apenas.

B) II, III e V, apenas.

C) I, II e III, apenas.

D) I, III, IV e V, apenas.

E) III, IV e V, apenas.

40. Na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018, o tratamento de dados em órgão público precisa dialogar com finalidade institucional, transparência e segurança da informação. Marque a alternativa correta.

A) O tratamento deve observar finalidade, adequação, necessidade e segurança, e dado sensível exige base legal própria entre as hipóteses previstas na lei.

B) O dado anonimizado mantém incidência integral da lei quando o processo técnico impede associação razoável com pessoa natural identificada.

C) O controlador e o operador ocupam a mesma posição jurídica, pois ambos decidem finalidades e meios essenciais do tratamento de dados.

D) O consentimento do titular autoriza tratamento para finalidade genérica, desde que a Administração divulgue o banco de dados em portal oficial.

E) O dado pessoal sensível corresponde a informação patrimonial comum, como endereço profissional e número de cadastro em órgão público.